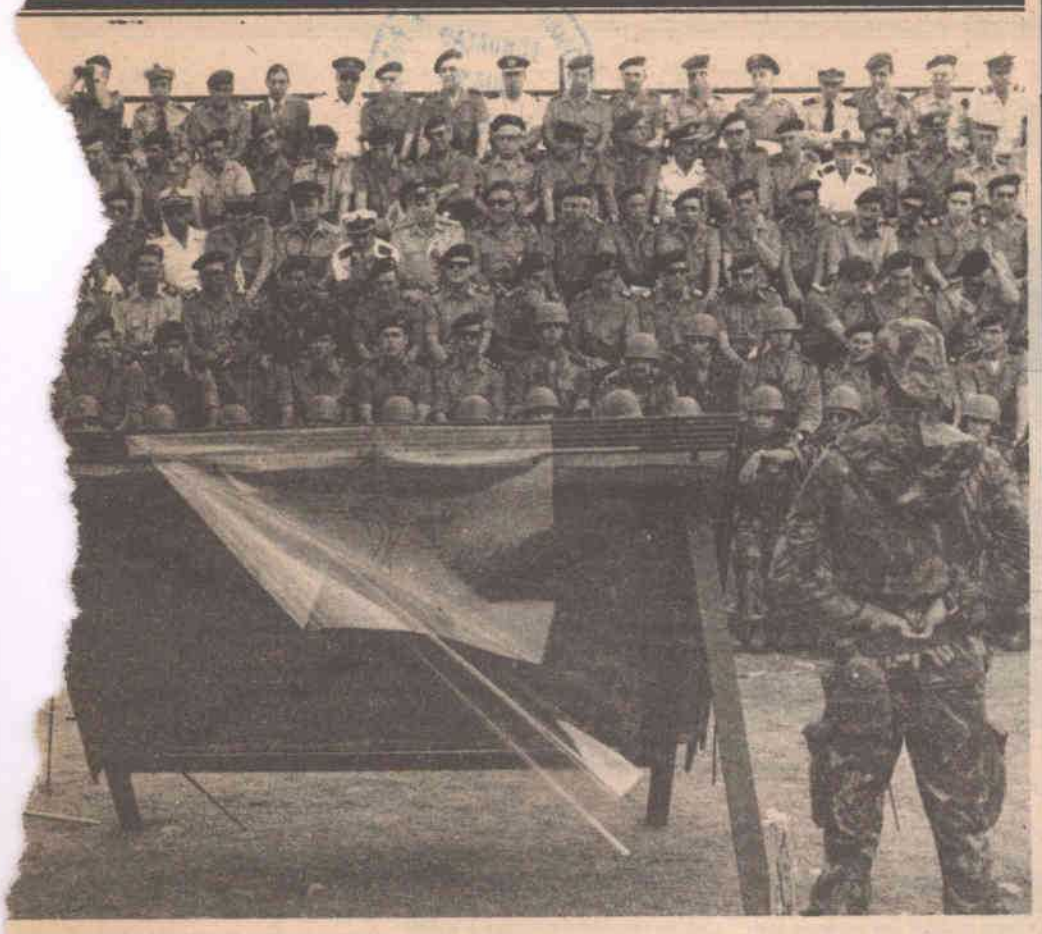

...apas que os pilotos teriam confundido com o objectivo

...o publicado à ordem em Janeiro ... 1974), assumiu características ...tidamente políticas e não faltou ...quem recordasse que ainda recentemente foi assinado um acordo de cooperação com a República Popular de Angola. Outros, porém, pensam que uma condecoração destas tem um carácter apenas militar e que a sua demora na entrega é explicável pelo processo burocrático por que tem de passar.

Muito voltado para a actualidade política foi o discurso do general Pedro Cardoso que começou, naturalmente, por aludir à celebração da data, evocou a figura de D. Afonso Henriques, «o símbolo da elevação patriótica», e acentuou «as lições de patriotismo, de isenção e de combatividade que ao longo dos séculos tem dado a instituição militar, sabendo isolar-se dos mais diversos interesses e ameaças para prosseguir objectivos verdadeiramente nacionais com a total entrega ao serviço da comunidade».

O chefe do Estado-Maior do Exército referiu-se, depois, a civis, numa linguagem tipicamente militar, onde a própria farda é invocada com todo o seu peso de símbolo: «Pretendem alguns que se dizem nossos compatriotas insultar as nossas fardas, amesquinhar as nossas tradições, denegrir as nossas acções e negar mesmo os nossos valores, não se dando conta que é o povo que estão atingindo porque o Exército é o Povo».

As críticas mais concretas do general Pedro Cardoso dirigiram-se, porém, à Lei da Amnistia que, sendo «um gesto político louvável pode transformar-se num acto legal que enferma de graves erros técnicos». O CEME considerou, a propósito, que «amnistiar nas áreas estatutária e disciplinar, sem prévia avaliação dos seus efeitos, é uma nítida invasão por parte do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Executivo e de Comando, para os quais há órgãos de soberania competentes». Também o Conselho da Revolução foi criticado, uma vez que «abdicou neste contencioso, inexplicavelmente, dos seus claros poderes legislativos para as Forças Armadas».

Entrevista

Gonçalo Ribeiro Teles a "O Jornal"

Se o novo Governo não é de gestão digam-nos desde já o que será

Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Como se já não bastasse a sua co-participação, com o PSD e o CDS, na Aliança Democrática, que o foi arrancar a uma vida mais ou menos obscura, apenas iluminada de onde em onde pelas críticas ácidas do PCP, o PPM subiu, esta semana, à ribalta pela «deixa» de Maria de Lurdes Pintasilgo, na entrevista que concedeu a Maria Elisa, na RTP. A coincidência de posições entre M.L.P. e o PPM sobre a sociedade pós-industrial — conceito a cuja evocação, pelos vistos, vamos ter que nos habituar — parecia estar em desacordo com as violentas críticas que lhe dirigiram os da Aliança. Foi nesta óptica que o nosso redactor Pedro Vieira entrevistou o secretário do directório dos monárquicos «populares», arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles. Para ele, se o que se perfila no horizonte não é governo de gestão é urgente que se diga então o que será.

«O Jornal» — O PPM não recela ser «cilindrado» pelos dois partidos a que se juntou?

Ribeiro Teles — Não, o PPM tem ideias próprias, com uma força extraordinária que lhe advêm de ser, de certo modo, o único partido português que se integra numa visão de uma sociedade pós-industrial, não, portanto, dos seus resultados eleitorais, mas sim, da força das suas ideias e da militância do partido. E as ideias não podem ser cilindradas, e até não nos importamos de ser «cilindrados» numas eleições, desde o momento em que os estudos que conduzem à permanente elaboração dessas ideias possam ter uma continuação.

P. — Mas não poderão o PSD e o CDS acabar por absorver as ideias do PPM?

R. — Se isso acontecer, ficaríamos entusiasmados, porque esses partidos estariam a fazer algo que nunca a esquerda convencional foi capaz de realizar.

P. — E no que respeita à elaboração de listas, qual o papel do PPM relativamente a lugares no Parlamento? Apoia a apresentação de listas separadas ou conjuntas?

R. — O PPM tem dois pontos de vista. Por um lado, defende a apresentação de listas conjuntas, por ser essa uma via mais democrática de comparecer na Assembleia da República. Com a antidemocrática Lei Eleitoral que temos, partidos como o PPM, sem qualquer subvenção estrangeira ou subsídio público. Temos que pensar que os partidos representados na AR recebem um subsídio correspondente ao respectivo número de deputados. Isto limita a possibilidade de renovação dos partidos com assento no Parlamento, pois sendo os que recebem o subsídio público, são os que permanentemente vão engrossando e absorvendo as clientelas, enquanto os que estão de fora sofrem, cada vez, mais esse «handicap».

Portanto, para nós, as listas conjuntas são uma forma de evitar o artificialismo, o antidemocratismo da actual Lei Eleitoral.

Se tivermos que ir com listas separadas, por assim o desejarem os outros parceiros da Aliança, evidentemente que teremos de repor o problema. E, claro está, o programa comum tornar-se-á mais restrito, porque, então, o PPM terá de se apresentar ao eleitorado com toda a força dos seus programas, para se afirmar. Portanto, ou listas comuns com um programa comum, mais alargado aos membros da Aliança, ou listas separadas e um programa comum muito mais restrito e, portanto, muito mais especializado em cada um dos partidos.

P. — No caso de listas separadas, não pensaria o PPM em integrar elementos seus nas listas do PSD ou do CDS?

R. — Nunca entendeu o PPM integrar elementos independentes em listas do PSD ou do CDS, como é óbvio, porque isso não é consentâneo com a identidade, o prestígio e, inclusivamente, com as próprias pessoas candidatas pelo partido, que não têm nenhuma necessidade de serem deputados à força. Só serão deputados pelo PPM, coligado ou não.

Gonçalo Ribeiro Teles
Ideias sim, perfil não

«Seria preferível juntar-se aos ecologistas...»

P. — Apoia as críticas feitas por personalidades do PSD e do CDS, contra a decisão do general Eanes de indigitar a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, mesmo no que respeita ao seu perfil?

R. — Partilho de todas as críticas possíveis, porque considero que o general Eanes ou não sabe o que é um governo de gestão ou está a «enfiar-nos» um grande «barrete», e eu não gosto que me enfiem barretes.

Se é um governo de gestão, e não haverá um programa de fundo para a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, então ela não tem possibilidade de desenvolver as suas ideias, o que é pena, e com certeza triste para ela, a ser transformada num mero Primeiro-Ministro de um governo de gestão. Mas é o que ela terá de ser se, de facto, houver honestidade no processo. Se não há honestidade no processo e o governo da eng.ª Lurdes Pintasilgo não é um governo de gestão, então, estão-nos a ocultar qualquer operação mais complicada, e eu não aceito isso nas coordenadas democráticas em que pretendo existir.

De resto, tenho toda a consideração pela eng.ª Lurdes Pintasilgo. Acho-a uma pessoa cheia de ideias. Ela até diz que comunga muitas das minhas posições, o que é óptimo, pois estamos a avançar para uma sociedade pós-industrial. Evidentemente que se comunga dessas ideias e se as conhece, sabe perfeitamente que, num governo de gestão de 100 dias, não pode fazer coisa nenhuma, nem com as coordenadas em que a sociedade portuguesa vive. Era preferível que abandonasse o lugar de Primeiro-Ministro e viesse juntar-se aos ecologistas, ou mesmo, ao PPM, se de facto advoga esse tipo de sociedade para a qual nós somos a via mais rápida.

Agora, claro, quando tiver de resolver, em 100 dias, os problemas com o FMI, os problemas com a fábrica Renault, os problemas com a central nuclear, os problemas da revogação das leis que controlavam a protecção aos solos agrícolas, quando tiver que jogar com tudo isso — porque a maior parte desses interesses de especulação urbana estão com os grandes partidos, incluindo, e principalmente, com o PS — quando ela tiver que enfrentar esse mundo, verificará que não é com 100 dias de gestão... Ou, então, não é um governo de gestão. Mas, nesse caso, diga-se já o que é, pois não entendemos democraticamente um governo deste tipo, cujo Primeiro-Ministro declara que «não vai fazer gestão».

P. — Ao longo da sua vida, trabalhou alguma vez directamente com a eng.ª Lurdes Pintasilgo?

R. — Não, trabalhar directamente não, porque eu nunca trabalhei com nada do tempo do Marcelo Caetano.

P. — Mas poderiam ter-se encontrado?

R. — Isso sim, encontrei-a muitas vezes. Tenho uma grande admiração pelas suas ideias que, no fundo, são as minhas.

P. — A eng.ª Lurdes Pintasilgo referiu-se a alguém que seria precisamente o arquitecto Ribeiro Teles, durante a entrevista na TV...

R. — Sim, e fiquei muito entusiasmado. Nós julgamos que as nossas ideias têm uma difusão muito limitada e, afinal, a sua difusão é muito maior e estão, de facto, a tocar pessoas importantes, que estão voltadas para o progresso, não o utópico, contínuo e positivista, mas sim o progresso autêntico do povo português.

P. — Disse, há algum tempo, que o PPM é o segundo partido de muitos portugueses?

R. — Sim, e é, também, o segundo partido da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo! Isso verifica-se, e é uma realidade.